

**TERMO DE TITULARIDADE**

**TERMO DE TITULARIDADE**

Empresa:  
CNPJ nº: Tel:

A pessoa jurídica acima qualificada, doravante denominada **TITULAR**, por seu representante legal, declara, para todos os fins legais, ter solicitado ao **INSTITUTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DO BRASIL – IRIB.**, através da AUTORIDADE DE REGISTRO (AR):

Razão Social:  
CNPJ nº: Telefone:  
Endereço:

a emissão de um Certificado Digital **e-CNPJ**, concordando e assumindo, para tanto, as seguintes condições, obrigações, responsabilidades:

**1. IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE**

O **TITULAR** garante que todas as informações fornecidas na **SOLICITAÇÃO** e no presente **TERMO DE TITULARIDADE** são verdadeiras e completas, suficientes para sua identificação, e continuarão sendo verdadeiras durante todo o período de validade do Certificado e que os documentos apresentados para obtenção do Certificado são autênticos.

Se o **CNPJ** informado for inexistente ou se o **TITULAR** apresentar a condição suspensa, inapta, baixada ou nula, a **SOLICITAÇÃO** não será concluída nem enviada à **AC BR SRF**, conforme artigo 6º da Instrução Normativa SRF Nº 580.

**2. DECLARAÇÃO DE PRÁTICAS DE CERTIFICAÇÃO (DPC) E POLÍTICA DE CERTIFICADO (PC)**

A Declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora BR para a Secretaria da Receita Federal e as Políticas de Certificados de Assinatura Digital estão publicadas para leitura e impressão em serviço de diretório e/ou em página web da AC BR SRF (<http://icp-brasil.acbr.org.br/repositorio>).

O **TITULAR** declara que teve acesso e concorda com a utilização do Certificado em conformidade, cumulativamente, com os termos da **DPC DA AC BR SRF**, da **PC** correspondente da **AC BR SRF** e das orientações, normas e resoluções estabelecidas pela AC Raiz da ICP Brasil - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação-ITI e pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

**3. GERAÇÃO E GUARDA DAS CHAVES CRIPTOGRÁFICAS**

O **TITULAR** declara que o **RESPONSÁVEL**, nomeado na cláusula 6 abaixo, gerou o par de chaves correspondente à chave pública certificada e que:

- nenhuma pessoa sem autorização teve acesso à chave privada para qual solicita este Certificado;
- o acesso à sua chave privada está protegido por senha;
- esta chave privada está gravada cifrada por algoritmo simétrico;

O **TITULAR** protegerá sua chave privada, senhas e dispositivos criptográficos, sendo integralmente responsável pela sua guarda, divulgação e uso indevido.

**4. USO E VALIDADE DO CERTIFICADO**

O Certificado Digital **e-CNPJ** pode ser utilizado para identificação do Contribuinte e acesso ao Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte e-CAC, para as opções de atendimento, via internet, disponibilizadas pela Receita Federal, bem como para confirmação de identidade do **TITULAR** em outras aplicações como correio eletrônico, transações on-line, redes privadas virtuais, transações eletrônicas, informações eletrônicas, bem como, para cifração de chaves de sessão, assinatura de documentos eletrônicos e verificação da integridade de informações transmitidas eletronicamente.

O **TITULAR** reconhece a autoria de todos os atos praticados com a utilização da chave privada, cuja titularidade estará certificada pela **AC BR SRF** no Certificado contratado, sendo integralmente responsável por estes atos, especialmente pelos atos realizados no relacionamento com a Receita Federal.

Quando da expiração ou revogação do Certificado o **TITULAR** não poderá mais utilizar a chave privada para qualquer finalidade. A chave privada deverá ser desativada pelo **TITULAR**. A chave pública correspondente poderá ser utilizada para verificação de assinaturas emitidas durante o período de validade do Certificado.

A **AC BR SRF** não mantém cópia de segurança de chave privada de titular de Certificado Digital **e-CNPJ** por ela emitido.

## 5. DIVULGAÇÃO DO CERTIFICADO

O **TITULAR**, desde logo, autoriza a divulgação do Certificado Digital **e-CNPJ**, após a sua emissão, em lista para acesso público de certificados emitidos, bem como a publicação do certificado quando revogado em lista para acesso público de certificados revogados (LCR), disponibilizadas pela **AC BR SRF** de forma permanente.

## 6. NOMEAÇÃO DO RESPONSÁVEL

O **TITULAR**, neste ato, nomeia o funcionário **RESPONSÁVEL** pela guarda e uso da chave privada correspondente ao Certificado emitido pela **AC BR SRF** para o **TITULAR**. O **RESPONSÁVEL** deverá assinar o Termo de Responsabilidade.

Nome:

RG nº:

Cargo ou nº funcional:

CPF nº:

## 7. REVOGAÇÃO DO CERTIFICADO

O **TITULAR** poderá solicitar a revogação do Certificado a qualquer tempo e deverá, obrigatoriamente, solicitar a imediata revogação do Certificado:

- a. em caso de comprometimento ou suspeita de comprometimento da chave privada correspondente à pública contida no Certificado ou da sua mídia armazenadora;
- b. se constatada emissão imprópria ou defeituosa do mesmo;
- c. se houver alteração de qualquer informação constante no mesmo;
- d. no caso de mudança na razão ou denominação social do **TITULAR**;
- e. no caso de extinção, dissolução ou transformação do **TITULAR** do Certificado;
- f. no caso de falecimento ou demissão do **RESPONSÁVEL**.

Nas hipóteses de "a" a "e" o **RESPONSÁVEL**, nomeado nos termos da Cláusula 6 acima, também deverá solicitar a revogação do Certificado.

As instruções para a solicitação de revogação do Certificado estão disponíveis na página web da **AC BR SRF** ou da Autoridade de Registro responsável.

A revogação será feita através de formulário on-line, pelo **RESPONSÁVEL**, contendo o motivo da solicitação de revogação mediante o fornecimento de dados e da Senha de Identificação indicada na solicitação de emissão do Certificado. Caso o **RESPONSÁVEL** não recorde a Senha de Identificação, a revogação deverá ser solicitada pessoalmente na Autoridade de Registro.

Caso a revogação seja solicitada diretamente pelo **TITULAR**, sem a participação do **RESPONSÁVEL**, o formulário de revogação deve ser impresso e assinado e entregue na AR.

O **TITULAR** arcará com os custos de emissão do Certificado. **AC BR SRF** reserva-se o direito de revogar o Certificado caso o pagamento não se confirme.

## 8. INDENIZAÇÃO

O **TITULAR** concorda em (i) não reclamar com base no presente Termo ou em atos ou fatos oriundos deste, qualquer indenização por lucros cessantes ou danos morais e nem a (ii) reclamar, a qualquer título, indenização em valor superior a 20 (vinte) vezes o valor do certificado ou a R\$ 40.000,00, o que for menor, de acordo com o item 2.3.2 (Relações Fiduciárias) das **PC DA AC BR SRF**.

O(s) representante(s) declara(m) e garante(m) ter poderes suficientes para obrigar o **TITULAR** e reconhece(m), neste ato, ter(em) sido identificado(s), assinando este Termo na presença do funcionário da Autoridade de Registro.